



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência: 8501761-25.2015.8.06.0026

Assunto: Pedido de Providências

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas

DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 099/ 2015/CGJCE

Trata-se de expediente encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça, no qual encaminha cópia do Provimento nº 11/2015 que *“dispõe sobre as formas de recebimento, pelos Setores de Distribuição e unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas, de Cartas Precatórias ou de Ordem provenientes de unidades jurisdicionais de outros Estados da Federação”*.

Desse modo, considerando a necessidade de orientação dos Magistrados do Estado do Ceará acerca do assunto abordado, determino a expedição de ofício circular a todos os Juízes da Comarca da Capital e Interior, objetivando que os mesmos observem as disposições previstas no Provimento nº 11/2015/CGJAL.

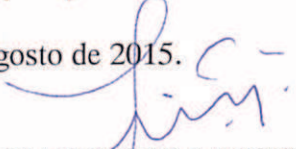
Cópia deste despacho servirá como Ofício Circular, devendo ser acompanhado do expediente exordial.

Comunique-se à interessada acerca do conteúdo deste.

Após cumprido o expediente, arquivem-se os autos.

À Diretoria-Geral para providências.

Fortaleza, 07 de agosto de 2015.


Desembargador FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
Corregedor Geral da Justiça

**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DE ALGOAS****PROVIMENTO Nº 11, DE 29 DE JULHO DE 2015.**

Dispõe sobre as formas de recebimento, pelos Setores de Distribuição e unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas, de Cartas Precatórias ou de Ordem provenientes de unidades jurisdicionais de outros Estados da Federação e dá outras providências.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR KLEVER RÊGO LOUREIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e,

CONSIDERANDO o preceituado no art. 37, *caput*, da CF/88, no qual se encontram explícitos princípios inerentes à Administração Pública, como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 202 e seguintes do Código de Processo Civil, que tratam sobre a comunicação dos atos processuais;

CONSIDERANDO as determinações contidas na Resolução TJ/AL nº 04, de 1º de fevereiro de 2011, e na Resolução TJ/AL nº 15, de 16 de junho de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de dar maior segurança jurídica à comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito do Poder Judiciário, especialmente quanto às Cartas Precatórias ou de Ordem provenientes de unidades jurisdicionais de outros Estados da Federação; e,

CONSIDERANDO, por fim, o contido no Ofício nº 94-163/2015, encaminhado pela Diretora de Distribuição do Fórum da Capital, e, o que mais consta dos autos do Processo Administrativo nº 00643-3.2015.002,

RESOLVE:

Art. 1º As Cartas Precatórias ou de Ordem provenientes de Juízos de outros Estados da Federação serão recepcionadas pelos Setores de Distribuição e unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas, exclusivamente, por meio de Malote Digital ou pelos Correios.

Parágrafo único. Fica vedado o recebimento de Cartas Precatórias ou de Ordem a que se refere o *caput* deste artigo, quando estiver em desconformidade com as hipóteses nele elencadas.

Art. 2º Ao recepcionar as Cartas Precatórias ou de Ordem, deverá ser analisado previamente se o endereço para realização da diligência se encontra dentro dos limites da competência territorial da respectiva Comarca, bem como verificar a competência material para a sua execução.

Parágrafo único. Uma vez identificado pelo Setor de Distribuição/unidades



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DE ALGOAS

jurisdicionais que a Carta Precatória ou de Ordem é endereçada ou destinada a Comarca diversa da receptora, esta última deverá encaminhá-la diretamente para o Juízo Deprecado competente, comunicando o fato imediatamente ao Juízo Deprecante.

Art. 3º Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 29 de julho de 2015.


Desembargador **KLEVER REGO LOUREIRO**
Corregedor-Geral da Justiça

PUBLICADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO

De 31 de julho de 2015

Miguelino Melo